

PORTARIA ENFAM N. 17 DE 18 DE OUTUBRO DE 2017.

Institui grupo de trabalho para auxiliar a
Direção-Geral da Enfam nas atividades
vinculadas à série “Justiça Pesquisa”.

**A DIRETORA-GERAL DA ESCOLA NACIONAL DE
FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS MINISTRO
SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA - ENFAM**, usando da atribuição que lhe é
conferida pelo art. 22, inciso VIII, do Regimento Interno da Enfam, e considerando o
Acordo de Cooperação Técnica CNJ/ENFAM n. 003/2017 e o contido no Processo
SEI 11016/2017,

RESOLVE:

Art. 1º Instituir, no âmbito da Enfam, grupo de trabalho para auxiliar a
Direção-Geral nas atividades vinculadas à série “Justiça Pesquisa”, em especial no que
se refere à identificação de necessidades de aprendizagem para a formação continuada
de magistrados, sob a perspectiva do aperfeiçoamento da prática jurisdicional
relacionada aos campos temáticos das pesquisas coordenadas pelo Conselho Nacional
de Justiça.

Art. 2º O grupo de trabalho será composto pelos seguintes integrantes:

I - Desembargadora Federal e membro do Conselho Superior da
Enfam, Marga Barth Tessler, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, responsável
pelo campo temático “Judicialização da saúde”;

II - Desembargador Eduardo Uhlein, do Tribunal de Justiça do Estado do
Rio Grande do Sul, responsável pelo campo temático “Modelos alternativos de gestão
de processos e celeridade processual: a política de especialização de competências, a
unificação de serventias e a melhoria da prestação jurisdicional no Brasil”;

III - Juíza Célia Regina Ody Bernardes, do Tribunal Regional Federal da 1ª
Região, responsável pelo campo temático “Demandas judiciais relacionadas à
exploração do trabalho em condições análogas à de escravo”;

IV - Juiz Marcos de Lima Porta, do Tribunal de Justiça do Estado de São
Paulo, responsável pelo campo temático “Justiça Criminal, impunidade e prescrição”;

V - Juiz Carlos Henrique Garcia de Oliveira, do Tribunal de Justiça do
Estado do Ceará, responsável pelo campo temático “Mediação e conciliação: obstáculos
e incentivos na Justiça Cível”;

VI - Juiz Jeverson Luiz Quinteiro, do Tribunal de Justiça do Estado do
Mato Grosso, responsável pelo campo temático “A prioridade de tramitação de
processos de pessoas idosas e portadoras de deficiência na Justiça”; e

VII - Juíza Sara Fernanda Gama, do Tribunal de Justiça do Estado do

Art. 3º Ao Secretário-Geral da Enfam incumbem as responsabilidades de estabelecer o calendário de reuniões, quando necessárias, e de coordenar as atividades relacionadas à análise das propostas e dos produtos das pesquisas.

Art. 4º O grupo de trabalho poderá contar com o auxílio de outras autoridades ou especialistas com atuação em área correlata, e dos magistrados e servidores atuantes na equipe pedagógica da Enfam.

Art. 5º O grupo de trabalho terá duração de um ano, a contar da data de publicação desta portaria, podendo ser prorrogada.

Art. 6º As despesas relativas a diárias e passagens, caso seja necessária a realização de reuniões presenciais, serão suportadas pela Enfam.

Art. 7º Fica revogada a [Portaria Enfam n. 16 de 4 de outubro de 2017](#).

Art. 8º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA